

PROTEÇÃO JUVENIL

Coordenador: GISLEI DOMINGAS ROMANZINI LAZZAROTTO

Autor: CAROLINA NITSCHKE MASSENA

O Projeto Estação Psi (Estudo e ação em Políticas de Subjetivar e Inventar) desenvolve ações com jovens que possuem na sua história a institucionalização em função de medida de proteção. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 98, " As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Entretanto, o que observamos na prática de acompanhamento destes jovens é que o abrigo torna-se lugar de moradia e permanência por longo tempo. Assim, percebemos que ao completarem 18 anos, idade que implica no desligamento da organização estatal de abrigagem, o jovem apresenta demandas de difícil atendimento: moradia, trabalho, renda, apoio para infraestrutura. Desde 2005 realizamos ações com alguns jovens nestas condições através da extensão realizada junto ao Programa de Trabalho Educativo Abrindo Caminhos desenvolvido pela Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. O propósito deste acompanhamento é pensar com os jovens seus percursos até o momento e as possibilidades de organização de sua vida após desligamento da medida de proteção. As ações de extensão são realizadas através da intervenção em psicologia social e análise institucional com grupos juvenis, oficinas de percursos de trabalho, acompanhamento individual e circulação na cidade. No contato com as equipes de organizações da rede pública que operam políticas juvenis são realizadas reuniões e visitas para planejar ações compartilhadas enquanto rede no apoio ao jovem. Estas atividades articulam saberes numa prática conjunta de jovens, de ações de ensino e extensão (através de estudantes de psicologia bolsistas e em estágio) e de equipes de organizações públicas que trabalham com estes jovens. Neste processo, as práticas de formação são operadas pelo coletivo, tanto na afirmação do caráter público das ações universidade-políticas juvenis, como na problematização de uma psicologia social que se faz na análise (micro)política com a comunidade.